

**Da História pré-científica à constituição de uma nova matriz disciplinar:
algumas considerações.**

José D'Assunção Barros¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Resumo

Busca-se refletir inicialmente sobre as especificidades da História antes que ela viesse a se tornar científica, na passagem do século XVIII ao século XIX, para considerar, a partir daí, a constituição de uma matriz disciplinar específica na era da historiografia científica. Partimos das implicações da ideia de que a História – enquanto campo de produção de conhecimento ou de discursos sobre o humano – tem um princípio, assim como refletimos também sobre as implicações da ideia de que há uma nova especificidade trazida pela figura do historiador, mesmo antes da constituição da imagem do 'historiador profissional' no século XIX.

Palavras-Chave: História; Historiografia; Matriz Disciplinar.

Abstract

This article aims to reflect on the specificities of history before it came to become considered scientific, in the passage of the eighteenth century to the nineteenth century, in order to consider, in a second moment, the constitution of a new disciplinary matrix in the era of the scientific historiography. The first discussion concerns to the implications of the idea that the history – as a field of knowledge production or a discourse on the human – has a beginning; besides this, we also aim to think through the implications of the idea that there is a new specificity brought by the figure of the historian, even before the formation of the image of the 'professional historian' in the nineteenth century.

Keywords: History; Historiography; Disciplinary Matrix.

¹ Professor nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História, História da Arte. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005), *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007), *A Construção Social da Cor* (Petrópolis: Vozes, 2009) e *Teoria da História* (Petrópolis: Vozes, 2011).

Costuma-se dizer que Heródoto é o “pai da História”, e esta é uma das mais poderosas frases de efeito que costumam ser evocadas como epígrafes nos manuais historiográficos. A idéia de que a história tem “um pai”, seja este o antigo historiador grego Heródoto (485-429 a.C) ou qualquer outro, extrai sua força do fato de que nos obriga a formular um pensamento que é ainda mais importante para a formação dos historiadores nos dias de hoje: a ideia de que “a História tem uma história”. É igualmente instigante, aliás, lidar com este contraste entre a “História”, enquanto campo de conhecimento ou disciplina universitária (ou mesmo enquanto “discurso” que se estabelece sobre os processos históricos), e a “história”, enquanto devir que a tudo arrasta em seu interminável jogo de processos e acontecimentos.

A História, já se disse algures, é a única disciplina que traz em sua própria designação um nome que coincide diretamente com o seu objeto de estudo. História (historiografia) é, de um lado, o discurso e o tipo de conhecimento que um historiador elabora; mas é também o nome do seu próprio objeto de estudo: o campo processual dos acontecimentos. Assim, enquanto a Geografia estuda a Terra, e a Física estuda os diversos fenômenos físicos, e a Crítica Literária estuda a Literatura, a História dedica-se a estudar a própria história. Não raro esta coincidência entre o nome de uma disciplina e a designação de seu próprio objeto de estudos produz ambiguidades, razão pela qual frequentemente a História – enquanto campo de conhecimento ou prática disciplinar – costuma ser referida também como “Historiografia”. De outra parte, esta é certamente uma das mais fascinantes ambiguidades da história do conhecimento científico. Para parodiar um verso da bela canção *Terra*, de Caetano Veloso, podemos dizer que a História é a única disciplina que carrega, através de sua viagem errante pelo vasto universo do conhecimento, “o nome de sua própria carne”².

É também importante compreender uma especificidade da História. Pode-se dizer que este campo de saber e de expressão, que já existia desde tempos antigos, iria ser, de certo modo, reinventado na passagem do século XVIII para o século XIX, agora

² Parodiamos, aqui, uma expressão trazida pelo compositor Caetano Veloso em uma de suas mais belas canções – *Terra* – a qual salienta que o nosso planeta é o único que traz no seu nome a designação de sua própria carne: “De onde nem tempo, nem espaço / Que a força mãe dê coragem / Prá gente te dar carinho / Durante toda a viagem / Que realizas do nada / Através do qual carregas / O nome da tua carne....” (*Terra*, 1983).

sob a perspectiva de um saber científico, da inserção da História como disciplina universitária, e da constituição da figura do historiador profissional. A História no século XIX passa a se irmanar às demais ciências sociais e humanas, a maioria delas campos disciplinares nascentes, e, por isso, podemos contrastá-la em relação aos gêneros históricos que existiam antes deste novo período na história da historiografia. É esta razão do título deste artigo: “a História antes da História”. A História científica a partir do século XIX pode ser contraposta aos modos anteriores de pensar e fazer a História. Destarte, podemos nos perguntar o que tem ainda em comum esta nova historiografia com o que antes se fazia sob a rubrica História. Esse mínimo irreduzível pode ser pensado como aquilo que não se desfaz, mesmo com as pesadas exigências científicas e disciplinares que passam a se integrar àquilo que já poderemos entender como a ‘matriz disciplinar’ da História no sentido moderno.

Retornando à emblemática frase de que “Heródoto é o pai da História”³, pode-se dizer que, na verdade, a História – enquanto discurso que se organiza sobre acontecimentos – já existia muito antes de Heródoto, e que, de acordo com o historiador François Hartog, remonta à monarquia de Akkad (2270-2083 a.C), na Mesopotâmia. Já naqueles ainda mais remotos tempos, uma vez que motivados pelo interesse de unificar o país sob uma autoridade única, os monarcas akkadianos já haviam começado a utilizar os seus escribas para escrever a sua própria história (HARTOG, 2003, p.13). Mas se Heródoto não pode ser rigorosamente considerado o “pai da História”, pois não foi o primeiro a deixar registrado algum tipo de discurso que pode ser definido como um gênero historiográfico, por outro lado, pode-se dizer que Heródoto foi certamente o “pai dos historiadores”. Ainda acompanhando as reflexões de François Hartog, é com Heródoto que surge, pela primeira vez, a figura do “historiador” – não um escriba historiográfico e anônimo instituído diretamente pelo poder político, mas um indivíduo – uma “figura subjetiva” dotada de autonomia e poder de escolha – que elege para si um campo de discurso e reflexão sobre a história.

Mesmo que em diversos momentos da história da historiografia o Historiador tenha se ligado mais ou menos diretamente aos poderes políticos e aos grandes governos temporais ou eclesiásticos, e isto certamente ocorreu muitas e muitas vezes

³ O primeiro autor a se referir a Heródoto como *pater historiae* foi Marco Tulio Cícero (*De Legibus* I, 5).

na história do mundo, desde as antigas eras até os tempos contemporâneos, a figura de historiador instituída por Heródoto não é mais a de um funcionário criado diretamente pelo aparelho governamental. Pode o historiador se associar ao poder político, representá-lo, defender ardentemente este ou aquele governo instituído, tornar-se funcionário público no exercício de sua função – mas a questão é que, com Heródoto, a figura do historiador se institui a partir de uma prática escolhida pelo indivíduo pensante, de maneira similar ao que já ocorria com o Filósofo ou com o Poeta Lírico na Grécia Antiga. A este respeito, existem interessantes polêmicas sobre se a origem da História teria se dado a partir de um desdobramento da Filosofia ou de um desdobramento da Poesia. Charles Norris Cochrane (1889-1945), por exemplo, em seu ensaio *Cristandade e Cultura Clássica* (1944, cap.12), irá conceber a História proposta por Heródoto como um desdobramento do desenvolvimento da filosofia grega (ele acredita ser possível propor a hipótese de que Heródoto havia sido discípulo de Heráclito; e, de certa maneira, não seria possível encontrar tutor filosófico mais apropriado para esta ciência do devir humano).

Por outro lado, a Mitologia autoriza a encetar uma aproximação entre a História e a Poesia. Ambas – *Clio* e *Erato* – eram musas, e filhas de *Mnemosine* (a “Memória”). É também na mesma categoria que Aristóteles dispõe a tarefa do Historiador e a tarefa do Poeta, pois ambos teriam seus olhos e sensibilidades voltados para a *Práxis* – isto é, para as “ações humanas” – e cada um a seu modo teria por responsabilidade fazer perdurarem estas ações. Sem o historiador e o poeta, capazes de assegurar a recordação dos grandes feitos e a presentificação das belas ações através da invenção poética, tudo aquilo que se refere ao mundo da *Práxis* deixaria de existir no instante imediato à realização das ações, sem deixar quaisquer vestígios. Desta maneira, tanto a História como à Poesia teriam por referência este mundo das ações humanas, ao contrário da Filosofia, que se volta para o mundo da *Theoria* (contemplação das coisas que pairam acima do homem). Hannah Arendt, aliás, considera que, antes mesmo de Heródoto, a História aparece como uma realidade imaginada no interior da poesia grega. “Poeticamente, seu início encontra-se no momento em que Ulisses, na corte do rei dos Feácios, escutou a estória dos seus próprios feitos e sofrimentos, a estória de sua vida, agora algo de fora dele próprio, um

‘objeto’ para todos verem e ouvirem. O que fora pura ocorrência torna-se agora ‘História’” (ARENDR, 2009, p.74).

Seja a História uma Filosofia que desce à Terra e se volta para o vivido, ou seja ela uma Poesia que se deixa aprisionar pela necessidade e pelo compromisso de relatar rigorosamente o “já acontecido”, podemos extrair importantes implicações do fato de que a História, entre os gregos, deixa de ser uma imposição ou uma tarefa que vinha sendo atribuída de fora, por vezes posta a cargo de escribas subalternos e de talentosos escravos, para, a partir daí, passar a ser uma escolha exercida criativamente por um homem livre. O que o praticante da História fará desta sua escolha – a de se tornar um historiador e de construir um discurso historiográfico – é já uma outra coisa. Mas o fato é que, ainda que um historiador possa ter decidido dar um sentido eminentemente político ao seu discurso, e ainda que decida servir à Política, desde Heródoto o seu trabalho já não é instituído primordialmente pelos poderes públicos no âmbito mais íntimo de suas práticas. Ser historiador constitui uma decisão pessoal e implica no ato de se entregar a uma prática que se estabelece a partir de um sujeito, tal como ocorre com a decisão de alguém se tornar filósofo, poeta ou músico. Desde Heródoto, e parodiando um famoso dito de Jean-Paul Sartre (1978, p.9), “o historiador está condenado a ser livre”.

Posto isto, a menção a Heródoto pode ainda nos ajudar a adentrar outro conjunto de reflexões, já relacionadas às tentativas de identificar aquilo que a História teria de mais singular, ou, por assim dizer, a sua ‘identidade mínima’ (identidade esta que, em última instância, estará sempre igualmente sujeita a transformações no decurso da própria história). Para tal, será oportuno lembrar que, na época dos antigos gregos – muito antes de se relacionar a uma investigação específica sobre o passado vivido, ou de trazer para a centralidade de suas operações a noção de temporalidade – a História esteve simultaneamente associada às noções de (1) “investigação”, (2) “relato” e (3) “testemunho ocular”. Essa tríade de sentidos, intimamente imbricados no termo grego *istorie*, antecipa surpreendentemente a complexidade futura da palavra História, uma vez que, desde então, a nova prática parecia querer se referir simultaneamente a um tipo de *pesquisa*, a um modo de *escrita*, e às *fontes* deste tipo de conhecimento. A ‘pesquisa’, para Heródoto, deveria se dar em forma de um

“inquérito” com “intenção de verdade”; a ‘escrita’ assumiria o gênero narrativo, e as ‘fontes’, para os historiadores gregos, ainda deveriam ser preferencialmente oriundas de testemunhas oculares dos próprios acontecimentos.

Devemos lembrar, aliás, que a raiz da palavra “História”, na língua grega, é *weid-*, ou *wid-*, raiz que, sintomaticamente, também se encontra no verbo latino “*videre*” (ver). O imbricamento de “ver”, “investigar” e “narrar” é surpreendentemente significativo na formação desta nova palavra. Hannah Arendt (2009, p.69) chama atenção para o fato de que *istor* significava originalmente ‘testemunha ocular’, “e posteriormente aquele que examina testemunhas e obtém a verdade através da indagação”. Por fim, o gesto de expor o resultado da investigação através do relato termina por compor a tríade de sentidos, de modo que, na *História* escrita por Heródoto em torno de 450 a.C, podemos surpreender pelo menos dois destes dois sentidos da palavra – “pesquisa” e “relato” – com especial clareza. De fato, no Prefácio desta obra, “história” se refere a uma “pesquisa” conduzida sistematicamente e com o uso da razão; ao mesmo tempo, em diversas passagens do livro, aparece o sentido de “relatório”, “relato”, “narrativa”; em uma palavra: de “exposição dos resultados de uma pesquisa realizada”⁴. Quanto ao objeto da História, como já dissemos, é o mundo humano, o que para a antiguidade grega já foi, de si, uma novidade, uma vez que neste ponto a História começou a se destacar muito claramente da Filosofia – esta nobre prática intelectual que tinha por objeto o mundo supralunar, muito acima da transitoriedade humana e das singularidades do vivido – da mesma forma que aquela mesma História também começou a se destacar muito visceralmente da Mitologia, que se referia apenas aos deuses e àquilo que estava além ou acima do homem.

Um esclarecimento faz-se aqui oportuno, ou mesmo necessário. Já é bastante comum na historiografia ou na Teoria da História o uso da metáfora do “supralunar” (“o que está acima da lua e do mundo dos homens”) para designar as grandes questões e generalizações que transcendem a realidade mais imediata, o vivido particular de cada ser humano mergulhado na singularidade de sua vivência cotidiana. De modo inverso, usa-se habitualmente a metáfora do “sublunar” (“abaixo da lua”) para designar a realidade mundana, a vida concreta, singularizada, particularizada

⁴ Ver por exemplo o livro VII, item 96 (HERODOTO, 1988, p.365).

através de eventos definidos – a vida específica dos homens, enfim, nas suas ações concretas, sejam estas heróicas ou cotidianas. Assim, entre os gregos antigos, a Filosofia, ao investigar conceitos como o “Belo”, o “Bom”, ou ao especular sob a forma de grandes generalizações – fossem estas sobre o mundo natural ou sobre o mundo humano – atuava quase sempre no âmbito do “supralunar”. Mas a História estaria sempre se referindo ao “sublunar”, ao mundo dos homens concretos (e não ao mundo das abstrações sobre a vida humana). A História, portanto, já desde a Antiguidade clássica, coloca-se como uma investigação sobre a realidade humana, ou ao menos sobre a realidade das *ações* humanas. Os vários aspectos até aqui arrolados, e acompanhados do já referido elemento que funda o conhecimento historiográfico como um discurso que parte da figura subjetiva do “historiador” – neste caso uma figura ‘autônoma’ e reconhecidamente ‘idônea’ – permite desde já relacionar alguns traços iniciais que demarcariam o território deste novo tipo de conhecimento que se afirmava já desde Heródoto:



Figura 1: a História e sua ‘identidade mínima’, desde os ‘antigos’.

Se a História, nestes primeiros momentos, ainda não estava necessariamente ligada ao estudo da vida humana no ‘tempo’, tampouco se pode dizer que já estava estabelecida, nos tempos da Grécia Antiga ou mesmo nos posteriores desenvolvimentos medievais, a noção de ‘fonte histórica’ ou de ‘documento histórico’

– esta que iria ocupar uma posição tão central na historiografia moderna. Assim, por exemplo, e ainda tomando como exemplos emblemáticos os antigos historiadores gregos a partir de Heródoto, era o próprio historiador, ele mesmo considerado como figura idônea, o que deveria trazer ao discurso historiográfico a garantia máxima da Verdade, e de que a pesquisa fora feita com a necessária imparcialidade e correção. A assinatura do historiador, em um discurso proferido ou implicado na primeira pessoa, o tornava diretamente responsável pelo que havia escrito. Por isso, tal como ressalta Hartog em seu verbete sobre os *Historiadores Gregos*, a verdade histórica praticamente se confundia naqueles antigos tempos historiográficos com a assinatura do historiador (1986).

A preocupação com a Verdade expressava-se no momento mesmo da coleta de informações para a reconstituição dos fatos, uma vez que, em sua investigação, o historiador ia em busca de “testemunhas oculares”, nos casos em que não podia registrar o que ele mesmo vira. Essa cuidadosa enquete a ser empreendida pelo historiador, tal como destaca Momigliano em seu estudo sobre os *Problemas da Historiografia Antiga e Moderna* (1983), perfazia de fato uma investigação que deveria ser conduzida criteriosamente pelo historiador, constituindo a base de seu método – um método no qual “ter visto” diretamente os acontecimentos vividos trazia a legitimidade maior ao que era dito pelo historiador, e no qual “ter ouvido” de pessoas idôneas que viram os fatos que o historiador não pudera presenciar mostrava-se como o contraponto necessário e inevitável para o historiador que, obviamente, não podia ser onipresente. Apenas em um terceiro momento, por fim, o historiador lançava mão de outros indícios, que hoje seriam assimiláveis à idéia tradicional de “fontes históricas”.

Com referência à já mencionada “intenção de verdade”, que, já desde essa época, impunha-se à História aqui considerada como uma “matriz disciplinar” em formação, será também oportuno destacar o tipo de “conhecimento verdadeiro” que era buscado pelos historiadores gregos que imediatamente seguiram o modelo inaugurado por Heródoto. Para esse novo tipo de investigador – que se opunha ao filósofo que buscava regularidades e verdades eternas em uma realidade atemporal – o que poderia se tornar factível de ser apreendido e conhecido pelos seres humanos

seria precisamente esse mundo de ações humanas em permanente mudança. Essa postura, diga-se de passagem, seria retomada de maneira ainda mais sofisticada por Vico no século XVIII, que em sua *Ciência Nova* chama atenção para o fato de que só podemos conhecer verdadeiramente – no âmbito de uma perspectiva que envolve a “compreensão” – aquilo do qual efetivamente participamos⁵. O que, vale dizer, implica em que o homem só pode compreender aquilo que é humano.

A perspectiva de que somente o finito humano pode ser conhecido reforça-se em Heródoto com a sua eleição, para objeto de investigação, do ‘Passado’, ou melhor, da experiência já realizada, isto é, do “campo da experiência humana” – para retomar aqui um conceito proposto por Koselleck (1979). A única fatia da experiência humana que poderia ser efetivamente conhecida seria na verdade o Passado, que rigorosamente é a “duração realizada”. Aqui, o “Tempo”, este elemento que hoje quase que imediatamente associamos à ideia de História, já começa a se insinuar discretamente como um elemento imprescindível para se estabelecer a identidade deste novo campo de expressão que seria a História.

A Historiografia teve muitos desenvolvimentos posteriores aos seus primórdios na época de Heródoto, e conheceu uma ampla variedade de gêneros que, com alguma liberdade, poderíamos categorizar como “gêneros historiográficos”. Não será nosso objetivo historiar aqui essa vasta diversidade historiográfica e registrar as suas transformações no decurso de uma grande extensão de tempo que vai da Antiguidade aos Tempos Modernos. Nosso objetivo será essencialmente contribuir para compreender o delineamento da Historiografia já no seu sentido moderno. Somente com vistas a encaminhar nosso objetivo de entender uma Historiografia que é já a de nosso tempo, é que buscamos estabelecer alguns contrastes em relação aos padrões historiográficos anteriores.

Concluamos com o esboço de um conjunto de características da História que seja satisfatoriamente válido para todas as formas de História que precedem a historiografia moderna, a partir da segunda metade do século XVIII. Esta historiografia

⁵ Este se tornaria um dos fundamentos do historicismo hermenêutico, por exemplo o de Gadamer, mas também foi um ponto discutido por inúmeros autores, como é o caso de Cornelius Castoriadis em *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1982, p.66-67).

que chamaremos de pré-moderna – e que abarca experiências tão distintas quanto a historiografia grega, as crônicas medievais, a historiografia teológica, ou as formas de historiografia moralísticas, didáticas e pragmáticas do período renascentista em diante – relacionam-se simultaneamente às idéias de “pesquisa”, “intenção de verdade”, “relato”, “idoneidade do historiador” (uma idoneidade assegurada pela sua “autonomia” enquanto figura subjetiva da qual parte o discurso historiográfico, mesmo que ele se filie a algum poder instituído). A ideia do “tempo” vem se juntar um pouco depois a este conjunto, não sendo ainda central na época de Heródoto e Tucídides. E ainda estávamos de todo modo muito distanciados – em todo esse vasto período que precede a historiografia moderna – da ideia de um conhecimento a ser produzido cientificamente, com critérios já modernos de objetividade, embora em termos de historiografia se visasse desde sempre a produção de um “conhecimento verdadeiro”.

A Historiografia Pré-Moderna apresentava ou apresentou muitos objetivos e funções nas suas várias formas e contextos sociais. “Evitar o esquecimento”, “ensinar à vida” (*historia vitae magistra*), “glorificar povos e nações” – estes eram alguns de seus nortes refundadores. Se a “intenção de verdade” era já condição *sine qua non* para a História (historiografia), e isto praticamente já em todas as suas variações pré-modernas, a busca de verdade ou o seu registro eram aqui vistos, acima de tudo, como uma atitude moral, como um princípio retórico da própria historiografia (RÜSEN, 1996, p.79). Conduzida através da firmeza moral do historiador, a Verdade Histórica delineava-se mais especificamente contra os “preconceitos”, contra as “parcialidades unilaterais”, contra a intromissão de “elementos fictícios”. Ainda não se tratava aqui, contudo, de buscar a verdade definindo-se critérios de objetividade específicos, metodicamente, no enquadramento de uma racionalidade científica que só se tornaria possível a partir da segunda metade do século XVIII para o que concerne às ciências da sociedade. Este novo momento ainda estaria por vir, e será com ele que já poderemos falar nas primeiras filosofias da História, e depois nas ‘teorias da história’.

Neste momento, iniciaremos uma comparação entre esta era historiográfica que precede a historiografia científica e a nova era, que passa a constituir um novo regime historiográfico que é aquele com o qual hoje estamos bem familiarizados.

Podemos, para o período que se anuncia com a passagem do século XVIII ao XIX, falar aqui em uma “nova era historiográfica”, que deverá ser aqui entendida como uma época em que a História passa a ser concebida, tendencialmente (e não exclusivamente), de uma nova maneira. Não nos referimos aqui, portanto, a uma nova “época histórica”, mas sim a um novo período historiográfico, a uma nova maneira como passa a ser concebida e elaborada a historiografia – isto é, a história escrita por intelectuais de certo tipo que podem ser referidos como “historiadores”.

De modo geral, podem-se notar, a partir do último terço do século XVIII, os prenúncios de uma nova tendência no pensamento historiográfico, isto independentemente das novas e diferentes correntes historiográficas que passariam a se expressar no interior desta nova tendência, por vezes contrastando radicalmente umas com outras. Assim, antes de falar nas diferenças que separam estas correntes, nossa atenção deverá recair precisamente naquilo que as une, de um tal modo que nos sintamos efetivamente habilitados a falar aqui em uma nova “era historiográfica” a partir das últimas décadas do século XVIII. Vamos nos referir, aqui, ao próprio surgimento de uma Historiografia Moderna. Vale notar, ainda, que a segunda metade do século XVIII é um momento de passagem importante para um segundo momento, já no século XIX, no qual se consolidará a historiografia científica. Esta metade de século em que surgem as ‘filosofias da história’ é como que uma antessala para algo ainda mais inovador, que será o ambiente de surgimento das ‘teorias da história’ ainda na primeira metade do século XIX. Estes dois momentos da historiografia, embora distintos, fazem parte de um mesmo movimento que já podemos situar no ambiente de uma nova era historiográfica. Será esta a nossa perspectiva.

Em um artigo particularmente esclarecedor, Jörn Rüsen (1996, p.81) explicita os traços centrais desta nova era historiográfica que se inicia no último terço do século XVIII. O primeiro traço relaciona-se à vinculação direta da História com a Realidade: passa-se a entender a história como a realidade temporal do mundo humano, ou, o que dá na mesma, a História doravante passará a ser vista como “o mundo humano real na perspectiva do tempo”. A história, neste novo momento, corresponderá a uma realidade previamente dada do próprio mundo humano, existente independentemente do historiador (RÜSEN, 1996, p.81).

Um sintoma interessante desta mudança de perspectiva, ou ao menos desta inédita ênfase trazida pelos novos tempos historiográficos, foi examinada em maior detalhe por Reinhart Koselleck (1979)⁶. Embora fosse já antiga a prática da historiografia, ou de vários tipos de pesquisa e de elaboração de textos assemelhados à historiografia, surgiria efetivamente, em fins do século XVIII, a primeira formulação do conceito atual de história, entendida como um “singular-coletivo”, isto é, como a interação de todas as experiências humanas, desaparecendo a tendência a se falar em “histórias” separadas umas das outras. Essa mudança semântica anuncia efetivamente os novos tempos: a partir de então um mesmo conceito – “história” – passaria a designar simultaneamente a realidade vivida (a história enquanto processo de acontecimentos) e a reflexão sobre esta realidade vivida (a historiografia produzida pelos historiadores na sua narração ou análise da história). Daqui em diante, a História passará a carregar o nome de sua carne.

Antes de prosseguirmos com as observações de Jörn Rüsen sobre as características centrais da nova era historiográfica, convém abriremos um pequeno parêntesis e lembrarmos também as interessantes observações de Hannah Arendt sobre uma sutil mudança que ocorria pela mesma época na própria história da Filosofia, pois esta mudança no ambiente mental dos filósofos vai de fato ao encontro da emergência da nova mentalidade historiográfica que já vinha surgindo por outras vias. Em que possam constituir uma digressão estes rápidos comentários sobre o que se ia passando no mundo dos filósofos, o fato é que a nova historiografia irá emergir também dessa nova dobra que se dá na Filosofia, no contexto das novas necessidades que se impõem no mundo político e histórico. O novo tipo de historiador, também veremos, extrairá parte de suas inspirações e traços essenciais não apenas dos filósofos, como também dos teólogos e filólogos; isto afora, é claro, o que naturalmente extrairá dos antigos praticantes de gêneros cronísticos e proto-historiográficos. Por isso, postulamos que, antes de seguirmos, será oportuno examinarmos o que se deu com a Filosofia ocidental na passagem para o último terço do século XVIII.

Arendt (2009, p.101) observa que a história do chamado pensamento filosófico ocidental conheceu – especificamente em relação à questão que se refere ao

⁶ Ver ainda o ensaio “Sobre a Crise da História”, de Gerard Noiriel (1996, p.46).

que se deve ou não enfatizar como *tarefa principal do filósofo* – três grandes épocas, até o momento que estamos abordando (três fases que podem ser demarcadas em função de suas ênfases na ‘transcendência’, na ‘política’ e na ‘história’, conforme veremos).

Uma primeira “era”, extraordinariamente extensa na história do pensamento ocidental no que concerne a esta questão específica que seria a determinação da principal tarefa do filósofo, seria a que foi atravessada por uma filosofia que valorizava prioritariamente a Metafísica. Teríamos aqui aquela filosofia que, desde Platão e Aristóteles, havia fixado como tarefa maior e mais nobre da Filosofia investigar as “causas primeiras” (isto é, aquelas que estão acima do mundo humano, que se referem às reflexões sobre o próprio *Ser* examinado como se estivesse *fora* da história e do fugaz e revolto mundo humano). De Aristóteles até fins da Idade Média, passando pelos tomistas, esta teria sido a tônica maior da história da Filosofia que precede o período moderno⁷.

Os séculos XVI e XVII trarão, em seguida, a “Primeira Modernidade” (esta expressão é de Koselleck, que definirá ainda uma “Segunda Modernidade” a partir do século XIX). Não poderemos aprofundar neste momento uma discussão mais pormenorizada que tem sido trazida pela historiografia recente, ao procurar mostrar que na própria Idade Média já se inscrevem transformações que aflorariam com maior clareza no chamado Renascimento. Ainda assim, mesmo reconhecendo as limitações das leituras de *ruptura* entre a última Idade Média e o período que inicia a primeira modernidade, trabalharemos com ideia de que, grosso modo, a ‘primeira modernidade’ se traduz efetivamente em mudanças importantes na história do pensamento filosófico com relação a esta questão específica, da qual presentemente tratamos, isto é, “qual seria a principal tarefa do filósofo”.

Do inquérito metafísico sobre as causas primeiras, a tarefa maior e mais nobre da Filosofia passa a ser vista, nos séculos XVI e XVII, como aquela que é

⁷ “Toda a Metafísica anterior, desde Platão, buscara a verdade e a revelação do Ser eterno em toda a parte, exceto na esfera dos problemas humanos [...] de que Platão nos fala com tamanho desprezo precisamente porque nela não se poderia achar nenhuma permanência, não se podendo esperar que desvelasse a verdade” (ARENDR, 2009, p.101).

cumprida pelas Teorias Políticas. De Maquiavel (1469-1527) a Hobbes (1588-1679) há fartos exemplos⁸. A Filosofia, já desde a primeira modernidade, passa a se preocupar enfaticamente com o mundo humano, com a sua organização política, com o mundo da “ação”. Não que esta Filosofia da primeira modernidade abandone os demais temas (assim como na Filosofia da antiguidade também se tratou muito do ‘Político’), mas sim que, neste novo período, o ‘Político’ é trazido para a centralidade da reflexão filosófica – isto é, passa a ser *ênfaticado* como a temática mais importante. Com Hobbes, atingimos no século XVII – neste período que corresponde à culminância da “primeira modernidade” – um dos pontos mais sofisticados desta modalidade que é a Teoria da Política.

Por fim, o último terço do século XVIII (coincidindo precisamente com o período que Jörn Rüsen qualificará como o do surgimento de uma nova era historiográfica) assistirá ao “concomitante declínio do interesse pelo puramente político” (ARENDR, 2009, p.111). É entre meados do século XVIII e as últimas décadas deste mesmo século que se dá tanto a emergência das “filosofias da história” como também o acúmulo de condições para o surgimento de uma Teoria da História e de um novo tipo de historiografia. Entre os filósofos da História, de Kant a Hegel, assistiremos a um movimento das ideias filosóficas no qual veremos culminar, com este último filósofo, a ideia de que a história deve ser situada no *centro* do pensamento filosófico. Ou, como dirá Arendt, “pensar, com Hegel, que a verdade reside e se revela no próprio processo temporal é característico de toda a consciência histórica moderna, como quer que essa se expresse – em termos especificamente hegelianos ou não” (ARENDR, 2009, p.101).

⁸ “Assim, uma das razões para a ruptura de Hobbes com a Filosofia tradicional consistia em que, enquanto toda a Metafísica anterior seguira Aristóteles ao sustentar que a investigação das causas primeiras de todas as coisas constitui a tarefa principal da Filosofia, sua posição, ao contrário, era a de que a tarefa da Filosofia consiste em guiar propósitos e alvos e estabelecer uma teleologia razoável da ação” (ARENDR, 2009, p.111). E. mais adiante: “A idade moderna não somente produziu, mal iniciada, uma nova e radical Filosofia Política – Hobbes é apenas um exemplo, embora talvez o mais interessante – como também, pela primeira vez, filósofos dispostos a orientar-se conforme as exigências da esfera política; e essa nova orientação política está presente não apenas em Hobbes como, *mutatis mutandis*, em Locke e Hume. Pode-se dizer que a transformação da Metafísica em uma Filosofia da História foi precedida por uma tentativa de desvencilhamento da Metafísica por uma Filosofia da Política” (ARENDR, 2009, p.111).

Já estamos aqui diante do portal que introduz, no século XIX, a “segunda modernidade” (para utilizar a designação de Koselleck). Esta já nasce, por assim dizer, distintivamente marcada pela “consciência histórica” – e com tal exagero, que Nietzsche lançará contra os excessos deste novo espírito hiper-historiográfico da ‘segunda modernidade’ a sua *Segunda Consideração Intempestiva* (1873). Dito de outra forma, de uma maneira até então inédita, a História passa a contaminar a Filosofia. Toda ela se torna histórica, se autopercebe como mergulhada na história. Esta é pelo menos a tendência geral, da qual Hegel nos oferecerá o mais bem acabado exemplo.

Encontramo-nos agora naquele ponto a partir do qual poderemos retomar, com maior propriedade, as considerações de Jörn Rüsen sobre as características da nova era historiográfica. A “Verdade” não está mais *fora* da história, de maneira transcendente; ao contrário, daqui em diante ela está *dentro* da história. Rigorosamente falando, a Verdade é a própria história. A noção de “processo histórico” se impõe a partir daqui. A verdade a ser apreendida, seja pelos filósofos ou por estes novos intelectuais que serão os historiadores, dá-se *na* história, está inarredavelmente inscrita no tempo. É por isso que a História deixa de ser aquela modalidade de prática intelectual ou literária que antes parecia destinada a fornecer *exemplos* para a Teoria Política, tal como vemos em Maquiavel. Ela (a história) é o próprio processo a ser estudado. Isto vai se impor com tanta força que o século XIX vai ser cognominado de “século da história” (THIERRY, 1820)⁹.

Diante da nova concepção de que a história corresponderia a uma realidade vivida efetiva, a função do historiador, por isto mesmo, passaria a ser a de apreender esta realidade, ou algo desta realidade, o que nos leva desde já ao segundo traço apontado por Jörn Rüsen em sua caracterização deste novo modo de conceber e elaborar a História que começa a se afirmar a partir do último terço do século XVIII. Assim, enquanto o primeiro traço referia-se à *natureza* da história-efetiva, isto é, à

⁹ Meinecke (1936, p.394) fará um comentário interessante em relação à nova percepção das reações entre História e Verdade, que surge com a nova historiografia: “contudo, não mais se acreditará que essa verdade última residisse em um único livro, quer fosse este a Bíblia ou algum substituto dela. A história mesma era considerada tal livro, o livro ‘da alma humana nos tempos e nações’, tal como a definiu Herder” (MEINECKE, apud ARENDT, 2009, p.102).

maneira como a natureza da história passa a ser compreendida pela nova Historiografia, já o segundo traço refere-se à ligação ou ao tipo de ligação que deve ser estabelecido entre a Historiografia e a história que a primeira toma para objeto de conhecimento. A partir de então, duas novas palavras passam a pautar esta relação entre Historiografia e história: “racionalidade” e “método”. A Historiografia passa a ser entendida cada vez mais como “forma de conhecimento” (e não mais como mero meio pragmático ou voltado para o aprimoramento ético). Como nova forma de conhecimento a ser cuidadosamente definida em suas especificidades, a principal estratégia cognitiva da historiografia para lidar com a experiência do passado deverá ser necessariamente a “racionalidade do método”. Surgirá aqui, concomitantemente, um novo conceito importante para ser considerado no âmbito dos procedimentos metodológicos da historiografia: a “objetividade”.

Um texto de época que, posteriormente, registraria de modo particularmente interessante os novos níveis de objetividade exigidos pelo padrão historiográfico em formação, pode ser encontrado em um ensaio de Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) intitulado “Sobre a Tarefa do Historiador” (1810). Neste texto, Humboldt já discute, para o que se refere à elaboração de um conhecimento historiográfico, a necessária interação (“fusão”) entre o “intelecto investigador” e o “objeto investigado”. Falar, para a História, em um *sujeito* que produz o conhecimento e em um *objeto* de conhecimento, e da interação possível entre ambos, é já o sinal de uma nova postura frente à historiografia, que passa a ser considerada como uma forma de conhecimento entre outras no quadro geral de disciplinas que aspiram à racionalidade e à cientificidade.

Entender a historiografia como forma específica de conhecimento, e não mais como texto que serve à vida relativamente a aspectos moralísticos, pragmáticos ou teológicos, será certamente um passo fundamental para que surja um novo padrão de historiografia. Não é por acaso que a nova maneira de se conceber e elaborar a historiografia é concomitante não apenas à contaminação da Filosofia pela História, mas também à afirmação de uma perspectiva mais *epistemológica* na Filosofia, particularmente assinalada pela orientação apontada por Immanuel Kant (1724-1804). Se a filosofia até então fazia perguntas tais como “o que é a Verdade?”, a partir desta

virada epistemológica as grandes perguntas serão: “como pode a Verdade se tornar objeto de conhecimento?”, “que condições tornam possível o Conhecimento?”. Quando a Filosofia passa a fazer, a si mesma, perguntas como estas, começamos a entrar no campo da Epistemologia.

Não por acaso, os historiadores também logo começariam a perguntar a si mesmos: “que elementos da realidade histórica podem ou devem ser apreendidos pelos historiadores?”, ou, ainda, “como a História – ou a verdade histórica – poderá tornar-se apreensível para o sujeito que produz o conhecimento?”. Em termos mais simplesmente historiográficos, os historiadores começam a se preocupar com duas coisas: “o que buscar na história”, e “que métodos e procedimentos empregar nesta busca”. Estas duas perguntas, a partir da segunda metade do século XVIII, e sobretudo no século XIX, estarão presentes na mente de todos os historiadores ou eruditos que procuram elaborar algum tipo de conhecimento sobre a experiência do passado. As respostas que serão dadas a estas perguntas, contudo, darão origem a correntes diferenciadas do pensamento historiográfico.

Boa parte dos iluministas da segunda metade do século XVIII, por exemplo, havia passado a responder à primeira pergunta (“o que encontrar na História”) em termos de uma grande busca de leis ou generalizações. Almejavam compreender, na História, o que estava por trás da História. Haveria “leis” presentes por trás do desenvolvimento das sociedades humanas, tal como havia leis que regiam os fenômenos físicos? Esta busca também seria a dos Positivistas no século seguinte. Já os primeiros românticos do século XVIII, e mais tarde os historicistas do século XIX, não estavam propriamente interessados em leis gerais, em grandes generalizações que permitissem compreender a história como um desenvolvimento único e sob a perspectiva de uma universalidade que abarcasse toda a humanidade. Essencialmente, buscavam na história as singularidades, as diversidades, a especificidade de cada sociedade ou processo histórico. Sua perspectiva historiográfica, em uma palavra, seria “particularizante”, e não “universalizante”.

Quanto à pergunta metodológica – “que estratégias cognitivas deveriam ser utilizadas para lidar com a experiência do passado?” – as respostas foram também

várias, mas a mais consistente seria trazida pelos historicistas que se afirmariam a partir do início do século XIX: a historiografia deveria desenvolver métodos sistemáticos de críticas das fontes, das evidências que registravam as experiências do passado humano. Este trato sistemático das fontes ficaria conhecido como “Crítica Documental”, e foi de fato uma das maiores contribuições do Historicismo dos primeiros tempos – e da Escola Histórica Alemã em particular – ao desenvolvimento da historiografia como um todo. As outras duas contribuições, para além da própria difusão do paradigma historicista que logo será discutido, foram a inserção e consolidação da História como disciplina universitária, e a instituição da figura do Historiador profissional como aquele sujeito humano que, legitimamente, poderia tomar a seu cargo a tarefa da escrita da História com base em uma rigorosa especialização laboriosamente conquistada.

A nova figura do historiador profissional logo passaria a se contrapor à do sábio erudito que, entre inúmeros outros interesses, já vinha escrevendo no século XVIII também as suas obras historiográficas, a exemplo de filósofos iluministas como Voltaire, Montesquieu ou David Hume. De igual maneira – em que pese que eventualmente as ‘teorias da história’ do século XIX achem-se eventualmente impregnadas de alguma ‘filosofia da história’ (como o Positivismo comtiano ou a perspectiva da marcha teleológica da civilização para o socialismo, que se acha inserida no Materialismo Histórico de Marx e de Engels) – não há como negar que o historiador do século XIX, o “historiador científico”, passa a se dedicar cada vez mais ao exame do ‘concreto vivido’ trazido pelas suas fontes, e a se distanciar cada vez mais das perspectivas teleológicas daquelas ‘filosofias da história’ que buscavam antecipar um futuro e refletir essencialmente sobre o sentido e o ponto de chegada da história, mais do que sobre a história em si mesma. O historiador profissional que surge no século XIX, e que seguirá pelos séculos posteriores, estará muito claramente ocupado em sedimentar as suas reflexões em evidências, e em se afastar de especulações não comprováveis ou sem alguma base empírica.

Isto nos leva, por fim, ao último aspecto. Em face da necessidade de estabelecer um método que o tornasse capaz de atingir a essencialidade do processo histórico ou da experiência humana examinada, passaram a ocupar uma centralidade

fundamental para a produção do conhecimento histórico estes materiais, vestígios ou evidências de todos os tipos que vão sendo deixados pelas sucessivas épocas e pela da ação humana através do tempo. Em uma palavra: a ideia de História, no sentido moderno, passa a ser quase que automaticamente associada ao conceito de “Fonte Histórica”, embora a definição sobre o que poderia ou não ser considerado como fonte histórica tenha passado por sucessivas transformações ao longo do desenvolvimento da historiografia, em geral na direção de uma gradual expansão que terminaria por abarcar um universo praticamente infinito de possibilidades. Desde então, destacam-se dois elementos entre aqueles que mais habitualmente associamos à matriz disciplinar que constitui este campo de conhecimento que denominamos História: a *Fonte Histórica*, e a referência ao *Tempo*. Retomando o esquema anterior, válido para os antigos gêneros historiográficos que precedem a historiografia dita científica, e já agregando as características modernas, será possível, a seguir, reunir em um esquema visual os principais aspectos que se encontrarão desde os primeiros momentos presentes na nova ‘matriz disciplinar’ da História, já entendendo este vocábulo no sentido moderno:



Figura 2: A moderna Matriz Disciplinar da História

A Matriz Disciplinar da História, embora não com esta designação, foi bem analisada por Michel de Certeau em um importante ensaio intitulado *A Operação Historiográfica* (1974), no qual a História (a historiografia) é apresentada como constituída simultaneamente por um *Lugar de Produção*, uma *Prática* e uma *Escrita*¹⁰. Dos aspectos acima arrolados, pode-se dizer que o Lugar de Produção – o lugar de onde se produz esta *forma de conhecimento* específica que é a História – relaciona-se diretamente à *Comunidade de Historiadores*. Todos os historiadores, com tudo o que até hoje já se produziu em termos de conhecimento histórico e de discursos historiográficos, influenciam de alguma maneira, ainda que de maneira indelével na maior parte dos casos, no trabalho de cada historiador em particular.

A Comunidade dos Historiadores, interferindo diretamente sobre o trabalho de cada historiador em particular, expressa-se através de inúmeros mecanismos de pressão e contra-pressão, inclusive institucionais, embora neste momento não possamos nos deter neste ponto em especial. Por outro lado, inegavelmente a comunidade dos historiadores também sofre pressões da comunidade de leitores que consomem a História enquanto produto cultural, gênero literário ou modalidade acadêmica, o que já nos conduziria a outro campo de reflexões, como as que foram desenvolvidas por autores como Paul Ricoeur em *Tempo Histórico e Narrativa* (1982-1983). O leitor, diante das múltiplas possibilidades de sentido de um texto, que se estabelecem mesmo para além das intenções originárias do autor-historiador, é ele mesmo parte integrante do lugar de produção do texto historiográfico¹¹.

¹⁰ A princípio, o célebre texto “A Operação historiográfica”, de Michel de Certeau (1974), consistiu em uma espécie de resposta a outro notório texto que havia sido escrito por Paul Veyne em 1971, com o título *Como se Escreve a História* (1982). O discurso historiográfico sistematicamente decifrado por Certeau situa-se, neste texto, bem ancorado na encruzilhada de “um lugar social”, “uma prática”, “uma escrita”. O estudo historiográfico aparece, assim, mais como produto de um lugar, que de uma disposição individual, e afirma-se de maneira particular a tradicional tônica da relação do trabalho historiográfico com o Presente, esta que já era lugar comum nos anos 1970 e que remonta ao antigo dito de Benedetto Croce que proclamava que “toda história é contemporânea”. O texto de Michel de Certeau – sistematicamente preocupado em identificar as relações do produto historiográfico com “um lugar social, uma prática e uma escrita”, tornou-se um clássico, tão importante para a compreensão dos problemas da história contemporânea como se tornara imprescindível para a compreensão da História das Ciências o ensaio de Thomas Kuhn sobre a *Estrutura das Revoluções Científicas*, publicado em 1962.

¹¹ Este posicionamento, aliás, acompanha as reflexões de autores como Mikhail Bakhtin (1929), Paul Zumthor (1987), Tzvetan Todorov (1970), para além de muitos outros ligados à Teoria da Comunicação,

Para além de um *Lugar de Produção*, a Matriz Disciplinar da História define também uma *Escrita* – vale dizer, um modo de Escrita específico, autorizado pela comunidade de historiadores, pelas expectativas já consolidadas pelos diversos gêneros historiográficos, e pelas possibilidades oferecidas pelas expectativas e competências leitoras. Este aspecto – o padrão de escritura do texto historiográfico – sofre naturalmente transformações ao longo da própria história da historiografia, mas pode-se dizer que, essencialmente, a Escrita da História tem, desde os primeiros tempos, alternado *relato*, sob a forma de narrativa ou descrição, e a *análise*, por vezes com o predomínio de um ou outro destes polos conforme o paradigma historiográfico em questão, a escola histórica ou o estilo pessoal de cada historiador. Por outro lado, conforme também ressalta Michel de Certeau, a Historiografia produz necessariamente um discurso que se “desdobra sobre si mesmo”, uma vez que ela coloca em interação ou alterna necessariamente o discurso do historiador e o discurso de suas fontes, de múltiplas maneiras¹². Essa forma de escrita alicerçada na consideração do texto ou da “fala do outro” tem sido uma constante no trabalho do historiador desde seus primórdios, embora admitindo inúmeras possibilidades expressivas, e por isso pode ser indicada como um traço essencial da identidade mínima definida pela Matriz Disciplinar da História, presente em todos os paradigmas historiográficos até hoje surgidos.

Existe, por fim, uma *Prática*. Faz parte da prática historiográfica, por exemplo, o trabalho obrigatório e metodologicamente conduzido a partir das Fontes Históricas – isto é, evidências, vestígios e materiais de toda espécie deixados pelos processos históricos e pelas ações humanas. Essa base da pesquisa do historiador na ‘fonte histórica’, ou em documentos e vestígios de todos os tipos, faz parte da identidade mínima da História no que se refere à sua Prática. Bem entendido, a maneira de se

para os quais a “Recepção” de um texto inscreve-se ela mesma no lugar de “Produção” deste mesmo texto, uma vez que todo autor sempre elabora seu texto antecipando ou se deixando influenciar, de alguma maneira, pelas expectativas conscientes e inconscientes que já previamente detém a respeito de seu público potencial.

¹² Na parte de seu ensaio “A operação Historiográfica” que se refere à “Escrita da História” propriamente dita, Certeau busca esquadriñar sistematicamente as características deste discurso histórico que constituiria uma espécie de “texto folheado” no qual um discurso produzido pelo historiador compreende seus “outros” – a saber, os discursos de outros tempos, alcançados através do diálogo com as fontes históricas (1975, p.65-119).

trabalhar com as fontes históricas, ou ainda o que pode e deve ser definido ou constituído como fonte histórica, tudo isto pode mudar com os próprios desenvolvimentos da história da historiografia, mas dificilmente mudará algum dia o fato de que o historiador deve necessariamente trabalhar com fontes históricas de modo a legitimar as afirmações e reflexões que produz sobre as sociedades, processos e realidades históricas que está examinando, ou mesmo de modo a se aproximar de alguma maneira destes processos ou realidades históricas com vistas a obter as informações e materiais discursivos com os quais irá trabalhar. Até o presente momento, a Fonte Histórica é o único recurso que permite ao historiador acessar uma época e uma sociedade que não estão mais presentificados.

A prática do historiador nesta nova era historiográfica que se consolida a partir do século XIX também inclui muitos outros aspectos, como a necessidade de estabelecer uma certa representação do Tempo, ou como a intenção de produzir algum tipo de conhecimento verdadeiro¹³. A historiografia contemporânea, a partir do século XX, estabeleceria ainda, como exigência mínima para o historiador profissional, que ele elabore a sua historiografia a partir de “problemas”, e na verdade esta exigência já aparece mesmo em diversos historiadores do século anterior, tal como Johann Gustav Droysen que, em sua *Historik* (1858), explicita claramente a norma de que “o ponto de partida de toda pesquisa é a pergunta histórica” (DROYSEN, 2009, p.46). Deste modo, já não é possível, pelo menos para um historiador que almeje ser reconhecido pela comunidade de historiadores profissionais, que se faça uma historiografia meramente narrativa ou descritiva, sem incluir algum tipo de análise ou interpretação dos fatos e dados. A historiografia, nos dias de hoje, é necessariamente problematizada – é uma “História-Problema”, por assim dizer, e para retomar aqui

¹³ Este último traço da Matriz Disciplinar da História tem sofrido com a vertente pós-modernista os seus abalos. Este traço disciplinar é nos dias de hoje uma arena de disputas entre historiadores. Felipe Fernández-Armesto, em seu ensaio *Verdade – uma história* (1997), assim se expressa a respeito dos atuais torneios em torno da verdade histórica: “Os historiadores de hoje são sacerdotes de um culto à verdade, convocados para servir a um deus de cuja existência estão condenados a duvidar. Enquanto seus colegas de outras disciplinas abandonam antigas crenças, destronando a verdade de seus altares em favor de novos deuses, os historiadores, ao menos alguns, permanecem entre as ruínas, como guardiões de um templo pagão durante o declínio e a queda do Império Romano. Os bárbaros nos portões incluem os céticos filosóficos, os críticos pós-modernos, os reavaliadores científicos dos critérios de evidência; todos os vândalos e vítimas da doutrina de que a objetividade é uma ilusão” (FERNÁNDEZ-ARRESTO, 2000, p.189-190).

uma famosa expressão consolidada por Lucien Febvre¹⁴. O trato com o ‘Tempo’, a ‘Intenção de Verdade’, a ‘Problematização’ – estes e outros, enfim, são alguns elementos que constituiriam a Prática hoje definida pela Matriz Disciplinar da História, consistindo naquilo que aparece no trabalho de qualquer historiador, independente do seu Paradigma, da escola historiográfica a que se filia, de seu estilo pessoal, do sistema conceitual como o qual habitualmente lida.

Referências bibliográficas:

ARENDDT, Hannah. “O Conceito de História – antigo e moderno” in: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.69-126 [original: 1957].

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999 [original: 1929].

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [original: 1979].

CERTEAU, Michel De. “A Operação Historiográfica” In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].

CÍCERO, Marco Túlio. *Das Leis*. São Paulo: Cultrix, 1967 [original: 51 a.C].

COCHRANE, Charles Norris. *Christianity and Classical Culture*. New York: Oxford University Press, 1944.

DROYSEN, J. Gustav. *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. (org. Peter Leyh). Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977 [em português: *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009 [original: 1868].

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Verdade – uma história*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [original: 1997]

HARTOG, François. *Os Antigos, o Passado e o Presente*. Brasília: UNB, 2003.

¹⁴ Existe ainda um outro aspecto que pode ser postulado como um traço que foi incorporado à Matriz Disciplinar da História no último século: a tendência do campo da história à ‘Abertura Interdisciplinar’. A História, mais do que qualquer outra disciplina, passou a incluir na sua prática corrente a Interdisciplinaridade. A História tem incorporado muito naturalmente conceitos e métodos oriundos de outros campos de saber, reapropriando-os para seus próprios fins, e no decurso do século XX conheceu sucessivas vagas de interdisciplinaridade que a trouxeram para o diálogo com ciências sociais diversas como a Economia, Geografia, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Psicologia, e ainda outras.

- HARTOG, François. "Les Historiens Grecques" in BURGUIÈRE, Andrés. (org.). *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris: PUF, 1986.
- HERODOTO. *História*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1988.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003 [The Structure of Scientific Revolutions. Chicago: University of Chicago Press, 1962].
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis*. Mexico: FCE, 1982 [original: 1936].
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Problèmes d'Historiographie Ancienne et Moderne*. Paris: Gallimard, 1983.
- NOIRIEL, Gérard. *Sur la "crise d'histoire"*. Paris: Belin, 1996.
- RICOEUR, Paul *Temps et Récit*. Paris: Seuil: 1983/1985 [Tempo e Narrativa. São Paulo: Papyrus, 1994].
- RUSEN, Jörn. Narratividade e Objetividade. *Textos de História*. Vol.4, nº1, 1996. Brasília: UNB, p.75-102.
- SARTRE, Jean-Paul. *O Existencialismo é um Humanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1978 [original: 1946].
- THIERRY, Augustin. *Lettres sur le histoire de France*. Paris : Le Courier Français, 1820.
- TODORÓV, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2003 [original: 1970].
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: UNB, 1982 [original: 1971].
- VICO. Giambattista. *Scienza Nuova. Opere*. Milão: 1953. p.365-905 [Ciência Nova. Rio de Janeiro: Record, 1999] [original: 1725].
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [original: 1987].